

Passarinho teme impasse entre poderes

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O agravamento do conflito entre o Executivo e a Constituinte pode levar a impasse de consequências funestas, advertiu ontem o presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho, em manifesto à Nação, para o qual vai pedir a assinatura de todos os constituintes. No manifesto, de uma página e meia, ele defende "a transição tranqüila e pacífica e a elaboração de uma nova Constituição, que modernize as instituições e conduza à edificação de uma sociedade embasada na justiça e na paz social".

Ex-ministro dos governos Costa e Silva, Médici e Figueiredo, senador três vezes pelo voto direto, pelo Pará e cogitado, durante algum tempo, para assumir a liderança do Centrão na Assembléia Nacional Constituinte, ele nega que seu manifesto tenha o objetivo de fundar, imediatamente, um novo partido: "Não há tempo para a fundação de um novo partido, por causa das eleições municipais". E acrescenta: "Para a Arena se transformar em PDS, levou seis meses".

Passarinho esclarece que seu objetivo com o manifesto "é firmar compromissos. Reconhecemos o papel político que nos cabe na transição para que ela se ultime pacífica e exitosamente e o compromisso com um texto constitucional moderno, que não faça concessões ao populismo nem à demagogia".

O MANIFESTO

Eis a íntegra do manifesto:

"Nada na história nos sugere que uma transição política de um regime autoritário para a democracia plena tenha condições de ser tão bem-sucedida como a que estamos vivendo. O Brasil aborrece o radicalismo e a violência. Mesmo quando o tecido social tem sido esgarçado por movimentos de força, a tônica foi a moderação.

A convocação da Assembléia Nacional Constituinte é um marco no itinerário para a completa modernização política do País.

Instala-se uma crise artificial no quadro político, pretendendo-se identificar um conflito frontal entre o Executivo e a Constituinte. A progredir essa situação, pode prever-se até mesmo um impasse de consequências funestas. Os militares, que em outras latitudes são o verdadeiro obstáculo à democratização de seus países, comportam-se esplendidamente no Brasil e se constituem num fator vital para a mutação à democracia plena.

Avulta, pois, a responsabilidade dos políticos, de cuja conduta depende o êxito ou malogro de tal projeto.

Eis porque, na plena consciência de nossas responsabilidades para com o presente e o futuro de nossa Pátria, nós que doutrinariamente nos situamos equidistantes dos extremos ideológicos, desejamos uma Constituição que reflita os verdadeiros anseios da imensa maioria dos brasileiros, que não se confundem com aqueles postulados pelas minorias sectárias e que seja imune dos oportunismos demagógicos e do irrealismo utópico, suscetíveis de tornar a Nação ingovernável e produzir caldo de cultura ideal para todo tipo de aventureirismo. Nós nos empenharemos para que a transição para a plenitude democrática seja tranqüila e pacífica, ultimada por um texto constitucional que proporcione a modernização de nossas instituições, consagre os princípios democráticos, ensaje a solução, sem traumas, das divergências políticas e conduza à edificação de uma sociedade embasada na justiça e paz social. Fiéis a esses propósitos, assinamos o presente compromisso."

Contra estatização das comunicações

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Parlamentares do PFL, do PTB e de outros partidos estão-se movimentando para evitar, segundo eles, a estatização dos serviços de telecomunicações. Um dos coordenadores da iniciativa, deputado José Santana de Vasconcelos (PFL-MG), afirmou existir entre os constituintes um trabalho em favor da emenda que, seguindo a linha da lei que criou a Petrobrás, estabelece competir à União "explorar diretamente ou através de subsidiárias ou empresas associadas sob seu controle, serviços telefônicos, telegráficos, de transmissão de dados e demais serviços públicos de telecomunicações".

Segundo Vasconcelos, a emenda que significaria a estatização dos serviços de telecomunicações, defendida principalmente pelos deputados Antônio Brito (RS) e Cristina Tavares (PE), do PMDB, diz que compete à União "explorar diretamente ou mediante concessão a empresas, sob controle acionário estatal, os serviços telefônicos, telegráficos, de transmissão de dados e demais serviços públicos de telecomunicações".



Ulysses apela pela volta dos constituintes ao trabalho

"Não fiquem em casa. Fiquem com a Nação"

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"Retornem a Brasília." A ordem do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, foi passada ontem em tom de apelo dramático nos programas *Voz e Diário da Constituinte*, transmitidos pelo rádio e pela televisão. Ulysses estava irritado com a falta de quórum verificada novamente no plenário e apresentou um argumento grandioso para reverter o quadro: "Não fiquem em suas casas, nos seus municípios, nos seus Estados. Fiquem com a Nação, com o Brasil".

Ulysses abriu seu pronunciamento assumindo a condição de "defensor da instituição, da Assembléia Nacional Constituinte". Depois, deixou claro que não pretende voltar atrás da decisão de promover sessões aos sábados e domingos. As votações continuarão, e ele espera o comparecimento de todos. "Estem aqui para dar quórum. Este é o apelo que faço. Espero ser atendido. A Assembléia Nacional Constituinte espera ser atendida."

A falta de entendimento em relação aos assuntos ligados ao uso do subsolo foi a explicação dada por Ulysses para a falta de quórum registrada ontem. "Com isso, ficou difícil votar o substitutivo do Centrão", disse, embora para alguns parlamentares, como o deputado Antônio Brito (PMDB-RS), o tema constitua apenas em "desculpa para os que querem atrasar os trabalhos".

"Não acho bom o que ocorreu",

admitiu Ulysses. Mesmo assim, ele tem esperança de que "um assunto dessa magnitude, com a Nação aguardando definições, a solução será remediada".

Ele não quis comentar se adotará medidas propostas por vários constituintes, que querem a divulgação do nome dos faltosos em plenário. Preferiu dizer que usaria dos meios tradicionais para entrar em contato com todos. "Vou procurar telefonar, fazendo um apelo que espero seja atendido".

O presidente da Constituinte não demonstrava, ontem, muito otimismo quanto à possibilidade de, na segunda-feira, serem levados à votação o mandato dos futuros presidentes da República e o sistema de governo. "Tudo depende da votação do final de semana", afirmou, explicando que, talvez nos próximos dias os temas poderão ser analisados em plenário. Para isso, os constituintes têm de votar o restante do Título III, que possui 268 dispositivos em sete capítulos, com 34 artigos.

No apelo que fez pelo rádio e televisão, Ulysses lembrou que "o constituinte foi eleito para constituir a Constituição". E isso será possível somente com a presença dos parlamentares em Brasília, "comparecendo às sessões para transformar este projeto na futura Carta Magna do País". Insistindo na aceleração dos trabalhos, disse que o melhor para os constituintes é ficar "com as definições fundamentais estruturais, que temos que dar com rapidez". Portanto, "venham a Brasília".

Sem acordo sobre os minerais, falta quórum

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Não houve acordo prévio e por isso faltou quórum na sessão de ontem da Constituinte, que deveria ter votado o substitutivo do Centrão ao artigo 21 do Capítulo da Organização do Estado, que trata dos bens da União. O presidente Ulysses Guimarães chegou a retardar o início da sessão quase uma hora, mas não conseguiu impedir a retirada do plenário de 30 constituintes do Centrão. Os líderes do grupo pediram à Mesa que suspendesse a sessão por 24 horas, para abrir novas negociações, e foram contestados por vários parlamentares.

As esquerdas, o PMDB de Mário Covas e até mesmo parte do Centrão, querem a inclusão dos minerais e do subsolo entre os bens da União, conforme prevê o projeto da Comissão de Sistematização. O grupo liberal tem posição contrária. Mesmo sem acordo, Covas anunciou que sua bancada votaria contra o substitutivo do Centrão, para tentar em seguida aprovar o texto da Sistematização.

A verificação de quórum foi pedida logo no início da sessão, com o painel eletrônico registrando exatamente as 280 presenças necessárias para o prosseguimento dos trabalhos com votação. O deputado Otávio Elísio (PMDB-MG) observou que o registro de frequência na portaria marcava 330 assinaturas. Por isso, criticou a retirada dos integrantes do Centrão, que, segundo ele, "estão fazendo o jogo do Palácio do Planalto, que não deseja o prosseguimento dos trabalhos da Constituinte".

Amaral Neto, líder do PDS, re-

bateu a acusação, lembrando que as esquerdas fizeram o mesmo durante a semana, quando foi de seu interesse. "Estamos usando recurso regimental legítimo porque não queremos colocar em risco um trabalho sério. Chega de cinismo e de hipocrisia", disse Amaral.

A liderança do PT, já prevenido que não haveria quórum para aprovar nenhuma das propostas, indagou se seriam mantidas as sessões de fim de semana, anteriormente convocadas. Ulysses Guimarães respondeu que sim e pediu o comparecimento de todos em plenário. A votação foi processada e o painel registrou apenas a presença de 250 constituintes. Votaram contra o texto do Centrão 221 parlamentares, com 13 abstenções.

O deputado Gerson Peres (PDS-BA), do Centrão, criticou a disposição de Ulysses de acelerar exageradamente os trabalhos, com sessões aos sábados e domingos, lembrando que "até Deus descansou no sétimo dia". Irônico, Ulysses respondeu: "V. exa. está cometendo uma injustiça. Protesto por chamar Deus de preguiçoso. Logo ele, que trabalhou tanto". Gerson Peres justificou que os constituintes, se tivessem folga nos fins de semana, poderiam render mais de segunda-feira. Alegou ainda que a falta constante de quórum desmoraliza a Constituinte. "O que desmoraliza não estarmos aqui", disse Ulysses. "Eu compreendo seu interesse em acelerar nossos trabalhos", respondeu Peres. "Meu não, da Nação" arrematou o presidente da Constituinte. O substitutivo do Centrão que trata dos bens da União voltará a ser votado hoje, em sessão convocada para as 9 horas.